

EUA veem 'sinais' de violações de Israel em Gaza

Relatório do Departamento de Estado evita acusar diretamente país de ações contrárias à lei internacional, o que poderia levar à suspensão do envio de armas; documento vem após a críticas de Biden a operação militar

Um relatório do Departamento de Estado dos EUA, divulgado ontem, afirma que é "razoável admitir" que armas americanas foram usadas por Israel de forma "inconsistente" com a lei internacional, mas evita apontar que país violou regras humanitárias e de combate. O documento, que poderia levar à suspensão total da venda de armas aos israelenses, foi uma das mais contundentes críticas de Washington à guerra em Gaza, mas não deve ter impactos imediatos.

"Dada a natureza do conflito em Gaza, com o Hamas tentando se esconder por trás da população civil e da infraestrutura, e expô-la a ação militar israelense, assim como a ausência de representantes do governo dos EUA em Gaza, é difícil chegar a conclusões definitivas sobre incidentes individuais", afirma o documento, que começou a ser redigido há alguns meses, a pedido da Casa Branca. "Mesmo assim, diante da dependência de Israel de itens de defesa feitos nos EUA, é razoável admitir que os artigos incluídos no MSN-20 foram usados pelas forças de segurança israelenses, desde o dia 7 de outubro, em circunstâncias inconsistentes com as obrigações da lei humanitária internacional."

Citado no texto, o MSN-20, sigla para Memorandum de Segurança Nacional nº 20, é uma norma estabelecida em fevereiro deste ano que obriga todos os países que utilizam equipamentos militares dos Estados Unidos a seguirem as normas internacionais, inclusive em ambientes de conflito. Ela foi emitida por pressão da ala progressista do Partido Democrata, que cobra a Casa Branca pelo apoio quase irrestrito a Israel, mesmo diante dos relatos vindos da Faixa de Gaza e das quase 35 mil vítimas no enclave palestino.

ANÁLISE CRÍTICA
Apesar de não determinar que Israel cometeu crimes de guerra, o que poderia levar à suspensão completa dos envios de armas, de acordo com o MSN-20, o texto foi o primeiro dos EUA a fazer uma análise crítica sobre as ações israelenses na Faixa de Gaza desde o início da operação militar.

"Há numerosos relatos críveis da ONU, de ONGs e dos meios de comunicação social sobre ataques aéreos israelenses que afetaram civis e locais civis não relacionados com operações humanitárias, que levantaram questões sobre o cumprimento por parte de Israel das suas obrigações legais com o direito humanitário internacional e das melhores práticas para mitigar os danos civis", diz o relatório.

O documento aponta dificuldades na entrega de ajuda humanitária, algo que se Wladimir Putin, o presidente russo, não se opuser, poderia levar a uma

crítica. Contudo, a conclusão do Departamento de Estado é de que não é possível assegurar que o governo de Benjamin Netanyahu atrase ou barre deliberadamente os envios.

BIDEN PRESSIONADO
O relatório foi entregue ao Congresso ontem e surge no momento em que o governo de Joe Biden tenta se equilibrar entre apoiar Israel — especialmente militar — e as evidências de que abusos podem ter sido cometidos em Gaza. No mês passado, os parlamentares aprovaram um pacote de defesa de US\$ 14 bilhões (R\$ 72,20 bilhões) para Israel, como parte de um projeto mais amplo, que incluía a Ucrânia e aliados na Ásia e no Pacífico,

somando-se a uma longa série de envios de armamentos, bombas e munição.

Ao mesmo tempo, autoridades do próprio governo têm feito críticas ao grau de destruição em Gaza, e ao elevado número de mortes entre civis. Na quarta-feira, o Pentágono anunciou a suspensão do envio de bombas usadas em ataques aéreos em Gaza. No mesmo dia, Biden disse que barraria novas remessas de armas caso fosse lançada uma operação de grande escala em Rafah. Em resposta, integrantes do Gabinete israelense acusaram Biden de ser um "aliado" do Hamas, e Netanyahu disse que o presidente dos EUA estava cometendo "um grande erro" ao suspender os envios.



Fuga de Rafah. Palestinos deslocados pelo ultimato de Israel chegam a Khan Younis, no sul de Gaza

'Deram a ordem de retirada e já começaram a lançar bombas'

Palestina diz que Exército de Israel não deu tempo para moradores saírem

TRINIDAD DEBROS BRONTE
Do El País

Os filhos do Exército israelense ordenando a saída dos habitantes do leste de Rafah caíram do céu às 9h30 da manhã", conta Amal, nome fictício de uma mulher palestina de 36 anos, que ainda não acredita que ela e seus dois filhos, de 12 e 9 anos, tenham sido de lá vivos. Segundo ela, os avisos caíram do céu no que costumava ser a sua rua ao mesmo tempo em que bom-

bas eram lançadas por Israel. —Foi um milagre termos escapado da morte, porque não havia tempo para deixarmos o local. Juro que não nos deram tempo para sair. Eles anunciaram a ordem de retirada e imediatamente começaram a lançar bombas como loucos nas pessoas — explica Amal via mensageiro de WhatsApp. Segundo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), pelo menos 110 mil pessoas fugiram de Rafah,

no sul do enclave, desde segunda-feira, depois que Israel ordenou a retirada —as Forças Armadas israelenses falam em 150 mil deslocados. Assim como Amal e seus filhos, que tiveram que fugir de casa na Cidade de Gaza, no norte do enclave, em outubro, a maioria dos deslocados pelas ordens de retirada militar israelense no leste de Rafah já havia sido deslocada de outras áreas de Gaza", informam a ONU em nota ontem. Essas pessoas agora estão par-

do com tudo o que podem carregar "em veículos, caminhões, motocicletas e carroças de burro", segundo a UNRWA. Israel alega que na segunda-feira que a ordem para retirar os deslocados da área afetou 100 mil pessoas, mas segundo outras fontes da ONU no local, citadas pelo Guardian, aquelas que debaram a parte leste da cidade agora excedem esse número, que pode subir para 300 mil nos próximos dias. Esses números não parecem exagerados. A área desocupada abrange 31 quilômetros quadrados e a densidade populacional nessa cidade palestina era de 20 mil pessoas por quilômetro quadrado, quase o dobro da cidade de Nova York, de acordo com o Fundo da ONU para a Infância (Unicef). Antes da guerra, a região de

Rafah tinha 220 mil habitantes, aos quais se somaram mais de um milhão de deslocados por sucessivas ordens israelenses de retirada.

'PROPAGANDA ISRAELENSE'
Das janelas do armazém onde Amal, seu filho e seu marido estavam sobresselvendo desde outubro —a casa deles foi destruída por bombardeios —era possível ver a passagem de Rafah. A fronteira com o Egito está sob o controle de tanques israelenses desde terça-feira. A ordem de retirada e a tomada da travessia, que até agora tem sido o principal ponto de entrada de ajuda humanitária, foram interpretadas como os primeiros passos da temida ofensiva terrestre israelense no sul da cidade, que ainda não ocorreu, pelo menos não em

grande escala. O bairro de Amal, al-Geneina, está no coração das nove áreas de Rafah —Israel dividiu o território de Gaza em áreas —que o Exército israelense ordenou que fossem esvaziadas. Embora a cidade tenha sido definida até agora como uma "área segura" por Israel, suas forças nunca pararam de bombardeá-la.

—Peguei meus filhos e comecei a correr pela rua com outras pessoas do abrigo. Tudo que eu conseguia pensar naquele momento era como manter meus filhos a salvo dos bombardeios. Fugimos enquanto as bombas caíam ao nosso redor, nos abrigos e nas outras casas da região — lembra. —As ordens de retirada são apenas propaganda israelense para a mídia estrangeira.

Assembleia Geral apoia Estado palestino em resolução

Ato simbólico reflete aumento do respaldo à causa palestina; reconhecimento formal requer aprovação do Conselho de Segurança da ONU

A Assembleia Geral da ONU adotou, ontem, por maioria esmagadora uma resolução que declara que os palestinos se qualificam para o estatuto de membro pleno na organização, um movimento altamente simbólico que reflete a crescente solidariedade global com a causa palestina e uma crítica à posição de Israel e EUA —que votaram contra. A resolução, apresentada pelos Emirados Árabes Uni-

dos, recebeu 143 votos a favor, nove contra (entre eles EUA, Israel, Argentina, República Tcheca e Hungria) e teve 25 abstenções. O texto "determina que o Estado da Palestina deve, portanto, ser admitido como membro" e "recomenda que o Conselho de Segurança reconheça a queixa favoravelmente". —Esteve nesta tribuna centenas de vezes, frequentemente em circunstâncias trágicas, mas nenhuma comparável à qual o meu povo vive atual-

mente —disse o embaixador palestino na ONU, Riyad Mansour, com a voz embargada de emoção. —Nunca houve uma votação mais importante do que a de hoje, histórica. Em plena guerra em Gaza, os palestinos, que desde 2012 têm na ONU o status de "Estado não membro observador", relançaram, no início de abril, seu pedido de 2011 de se tornar membro pleno da organização. O reconhecimento formal pela ONU, no entanto, requer a aprovação do Conselho

de Segurança, onde Washington tem o poder de veto. No mês passado, o governo de Joe Biden bloqueou uma resolução semelhante e, ontem, anunciou que vetaria de novo. Ainda assim, o texto terá "um impacto importante no futuro do povo palestino", embora, por si só, "não faça justiça ao Estado da Palestina", disse o embaixador dos Emirados, Issa Abushahab, em nome dos países árabes. O chanceler israelense, Israel Katz, classificou a votação de "teatro político" e disse que a ONU recom-

pensa o grupo terrorista Hamas e a "violência". "A decisão recompensa os assassinos e violadores do Hamas e mina os esforços para libertar os reféns detidos", escreveu Katz nas redes sociais, referindo-se aos mais de cem israelenses em poder do grupo em Gaza. —Foderíamos acabar em uma espécie de ciclo diplomático fatal, com a Assembleia pedindo repetidamente ao Conselho aceitar a adesão da Palestina, e os EUA vetando

—disse Richard Gowan, analista do International Crisis Group, entidade voltada à resolução e prevenção de conflitos internacionais.

O texto concede "direitos e privilégios adicionais" aos palestinos na ONU. Embora exclua o direito de votar e de ser eleito membro do Conselho de Segurança, a resolução permitirá que a Palestina apresente diretamente propostas e emendas sem passar por um terceiro país e presente entre os Estados-membros em ordem alfabética.

Em nota, a Autoridade Nacional Palestina declarou que a votação na Assembleia Geral demonstra que a Palestina "merece ser membro de pleno direito" da ONU.